

# DESENVOLVIMENTO DESEJADO? CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS PARA O ANTIDSENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO

---

Erica Burman\*

Professora da Psychology and Women's Studies da Manchester Metropolitan University (UK), onde codirige a Discourse Unit e o Women's Studies Research Centre.

E-mail: e.burman@mmu.ac.uk

**Resumo:** Este trabalho aborda como as ideias da psicanálise poderiam apoiar um projeto de crítica ao paradigma de desenvolvimento, enquanto influenciador de modelos de desenvolvimento econômico e individual. Após apresentar o domínio conceitual e as questões em discussão, este trabalho faz uma releitura de algumas reivindicações fundamentais sobre o Esclarecimento e suas relações com a imaturidade, como um convite à possibilidade de reinterpretar a intensificação contemporânea do desenvolvimentismo. Isso oferece uma outra base lógica e um foco para se voltar à psicanálise como um recurso conceitual e metodológico crítico (embora com algumas qualificações-chave). Essas análises são então utilizadas para discutir dois textos sobre a infância, com base em interpretações lacanianas contemporâneas que são usadas para abordar essa problemática. O texto termina com algumas especulações sobre modos alternativos de envolvimento com o Esclarecimento e com as abordagens desenvolvimentistas.

**Palavras-chave:** Kant; Foucault; práticas de exclusão; desenvolvimento infantil; antidesenvolvimento; Lacan; psicologia crítica.

**Abstract:** This paper addresses how psychoanalytic ideas might support a project of critiquing the developmental paradigm as it influences, and links, models of economic and individual development. After outlining the conceptual domain and questions at issue, the paper rereads some key claims about the Enlightenment and its relationship with immaturity as inviting scope for reinterpreting the more contemporary intensification of developmentalism. This provides some further rationale and focus for the turn to psychoanalysis as a critical conceptual and methodological

---

\* Autora de *Deconstructing Developmental Psychology* (Routledge, 1994), coautora de *Challenging Women: psychology's exclusions, feminist possibilities* (Open University Press, 1995) e *Psychology Discourse Practice: from regulation to resistance* (Taylor & Francis, 1996). Editora de *Feminists and Psychological Practice* (Sage, 1990) e *Deconstructing Feminist Psychology* (Sage, 1998). Coeditora de *Discourse Analytic Research* (Routledge, 1993) e *Culture, Power and Difference* (Zed/UCT Press, 1998).

resource (although with some key qualifications). Such analyses are then used to inform the discussion of two indicative texts about childhood, drawing on contemporary Lacanian interpretations that are applied to address the problematic of childhood, before finishing with some speculations on alternative modes of engagement with the Enlightenment and developmental approaches.

**Keywords:** Kant, Foucault, exclusionary practices, child development, antidevelopment, Lacan, critical psychology.

(...) houve um assistente de laboratório fotográfico em Manchester cujo corpo havia absorvido tanta prata, no decurso de uma longa vida profissional, que ele havia se tornado uma espécie de chapa fotográfica, o que era manifestado no fato ... de que o rosto e as mãos do homem se tornavam azul na presença de luz forte, ou, como se poderia dizer, ele era “revelado/desenvolvido”.<sup>1</sup> (SEBALD, 2002, p. 165)

Neste artigo eu analiso como as ideias da psicanálise podem apoiar o projeto de crítica aos modelos de desenvolvimento psicológico, cujas características normativas e reguladoras e especificidades culturais têm sido implicadas nas políticas e práticas de exclusão estatais e transnacionais. O edifício do desenvolvimento, marco fundamental da modernidade, tem atraído cada vez mais críticas por fornecer uma das principais razões ideológicas para a arrogância e o “longo alcance” da modernidade, suas dominações e explorações coloniais e patriarcais, seu desprezo pelo equilíbrio e sustentabilidade ecológicos. A ideia de estágios de desenvolvimento reflete e reorganiza grandes eixos de desigualdade dentro e entre as sociedades – então organizadas em torno de gênero, “raça” e relações de classe, orientação sexual e (in)capacidade, bem como idade. Formuladas em paralelo e baseadas na cada vez mais poderosa retórica da evolução, discussões em políticas sociais preocupadas com o desenvolvimento individual, por exemplo, têm mobilizado discursos da natureza e do natural para justificar algumas opressões obviamente não naturais, enquanto a suposta “ordem natural” de idade hierárquica e relações de gênero dentro da família tem sido mobilizada como paradigma para as apropriações do imperialismo e da dominação colonial. (McCLINTOCK, 1995).

1 A autora aproveita aqui o chiste sugerido pela citação, que joga com duas significações admitidas pela palavra *developed*: o sentido de *revelado* (de *revelação* fotográfica, isto é, processo de transformação da imagem latente, presente num filme ou numa emulsão, em uma fotografia) e o sentido de *desenvolvido*, tema central do artigo. (N.T.)

Modelos de desenvolvimento psicológico surgiram ao lado de modelos mais amplos de desenvolvimento econômico e político e continuam a figurar de forma importante no interior destes. Enquanto todas as culturas e sociedades têm olhado para as crianças como a encarnação do seu futuro (como futuros cidadãos, força de trabalho, apoio à terceira idade, etc.), o léxico do desenvolvimento moderno confere um lugar fundamental para a noção de “progresso” e “progresso” é um termo-chave que liga o desenvolvimento individual e social (nacional ou internacional) (DE RIVERO, 2001; SALVADORI, 2006). Mesmo nestes tempos pós-modernos, onde flexibilidade é aclamada como sendo tão importante quanto competência, há poucos indícios de que o poder do desenvolvimento esteja em declínio. Pelo contrário, ele se engaja em uma diversificação pouco tática (de mercados, bem como de competências individuais) (HULTQVIST e DAHLBERG, 2001). O agente por trás do desenvolvimento pode ter mudado no sentido de que o Estado-nação é, em alguns aspectos fundamentais, agora subordinado a corporações multinacionais e a ideia de que uma trajetória singular (trabalho ou carreira) de desenvolvimento dá lugar a configurações de lares e de relações de trabalho mais diversificadas, híbridas e fluidas (isto é, casuais, “precárias”), mas o projeto geral (do capitalismo global e de maximização) permanece o mesmo.

Dada essa herança, portanto, não é surpreendente que os psicólogos do desenvolvimento crítico e teóricos do desenvolvimento em geral têm procurado recursos conceituais e metodológicos alternativos para apoiar seus esforços em desafiar e contra-atacar alguns dos danos causados por meio e em nome do desenvolvimento. Neste artigo, eu exploro o que pode ser obtido quando se vai das abordagens críticas ou antidesenvolvimentistas para outras, que enfocam o desejo de desenvolvimento. Ou melhor, para considerar como uma abordagem mais psicanalítica pode oferecer apoio ou enriquecer essa crítica. Afinal de contas, desenvolvimento conecta economias psíquicas e políticas, e abordagens psicanalíticas implicam um foco no processo e no relacionamento mais do que no resultado ou produto, foco esse que pode oferecer propostas fecundas para o envolvimento e a ação. Assim, em vez de tentativas inúteis para desmontar o aparelho do desenvolvimento, talvez seja possível interrogar outra vez o que é que se pretende que ele aborde e resolva. Em outras palavras, perguntar por que desejamos o desenvolvimento. Aqui, tomo como ponto de partida útil a formulação de Jacqueline Rose, quando argumentou:

Estou utilizando “desejo” aqui no sentido de um ato que é procurado ou que realmente acontece (...) Eu estou utilizando desejo para me referir a uma forma de investimento por parte do adulto na criança, e à demanda pelo adulto sobre a criança como o efeito deste investimento, uma demanda que ajusta a criança e, em seguida, a mantém no lugar. Um voltar-se para a criança, ou um circular em torno da criança – o que está em jogo aqui não é tanto algo que pode ser ordenado, mas algo que não pode ser falado. (ROSE, 1994, p. 3-4)

## Problemas críticos

A análise empreendida aqui soma-se à discussão das abordagens antipsicológicas descritas em outra parte (BURMAN, no prelo). Relevantemente, essas abordagens também incluem análises feministas e deve-se notar que essa exploração de recursos psicanalíticos é, em larga medida, empreendida por meio da estrutura de compromissos feministas (ver também, por exemplo, BENJAMIN, 1998; BRENNAN, 1989; COPJEC, 2004; FLAX, 1993; MITCHELL, 1974).

Em geral, existem (pelo menos) três problemas principais com críticas dominantes e abordagens psicológicas antidesenvolvimentistas (inclusive o meu, tal como elaborado em BURMAN, 2008a). Em primeiro lugar, há uma tendência a reproduzir o que eles criticam precisamente em virtude de articular essa crítica, retoricamente mantendo o espaço de desenvolvimento, mesmo criticando-o – assim como uma desconstrução muitas vezes mantém o seu polo oposto, mesmo que desestabilize a configuração típica das relações de poder dentro de seu binário.

Em segundo lugar, como Foucault (1977) argumentou, as variedades de trabalho que visam melhorar ou corrigir os modelos dominantes tendem a um reformismo que subestima a profundidade dos problemas com paradigmas desenvolvimentistas (como foi indicado na onda de textos de psicologia da “reconstrução” na literatura inglesa da década de 1970, por exemplo, ARMISTEAD, 1974).

Em terceiro lugar, essas abordagens também estão sujeitas ao criticismo pós-colonial de que oposições baseadas na dicotomia entre desenvolvimento e antidesenvolvimento abstraem os contextos de prática, exageram nas suas diferenças e também ignoram as variedades, instabilidades e contradições de sua recepção e execução nas práticas locais. Como consequência, uma intervenção que pode parecer paternalista, colonialista e regulatória, também pode funcionar como uma alavanca de boas-vindas para a sociedade civil progressista (ou organizações não governamentais) ganhar o apoio do Estado, por exemplo, enquanto muitas reivindicações dos direitos das

crianças resistem porque o seu caráter universalista está associado à cultura ocidental. Como Nieuwenhuys (2008) assinala em relação à ética dos direitos das crianças, o que abordagens universalistas e culturalmente relativistas desses direitos partilham – apesar de seu antagonismo mútuo – é o caráter essencialista das suas reivindicações. Enquanto ela argumenta que o caminho a seguir para os ativistas dos direitos das crianças é tratar a cultura e os direitos como os locais de negociação e acompanhar o processo de compreensão de cada contexto, quero considerar um conjunto adicional de recursos para análise antidesenvolvimentista.

Este trabalho visa, portanto, aprofundar uma estratégia analítica (elaborada em BURMAN, 2008b) de observar as formas diversas e plurais de desenvolvimento como um modo de desestabilizar reivindicações hegemônicas a um modelo de desenvolvimento singular e unilinear (do norte). Mas, por meio do título *Desenvolvimentos*, também tive como objetivo mobilizar um conjunto adicional de associações inspiradas por suas associações mais adjacentes ou aparentemente secundárias, relativas aos legados da chapa fotográfica. Que perspectivas este outro sentido de “desenvolvimento” (“*development*”<sup>2</sup>) poderia trazer? Afinal, nesta era digital, talvez a já obsoleta tecnologia da fotografia, com os seus processos químicos bagunçados e suas reversões técnico-interpretativas (como os “negativos”), pudesse ser compreendida para indicar os limites da economia especular sobre a qual o projeto político mais abrangente de desenvolvimento se baseia. Assim, além das leituras econômicas e psicológicas do “desenvolvimento”, esta referência ao obsoleto, mas ainda culturalmente poderoso sentido visual-tecnológico de “desenvolvimentos” (com a sociedade do espetáculo longe de terminar nesta era virtual) continha um convite para tratar contextos de desenvolvimento como *superfícies a serem interpretadas e avaliadas utilizando diferentes recursos conceituais e metodológicos*. Interpretar “desenvolvimentos” dessa forma incitou uma atenção à forma como o desenvolvimento, como um regime fundamental de visibilidade, pode ser transformado em um objeto de exame minucioso para expor os limites, perigos e danos desse paradigma. O extrato de Sebald (2002), no início deste artigo, está relacionado com Manchester – uma cidade (agora a minha casa) uma vez aclamada como a “Jerusalém industrial”, mas cujas fábricas, docas e armazéns agora

---

2 *Development* admite tanto o sentido de *desenvolvimento* quanto o de *revelação* (em fotografia). Ver também a nota de rodapé 1. (N.T.)

são demolidos ou “recuperados” para bares e apartamentos *yuppies*, as novas arenas da economia do setor de serviços – e oferece uma parábola semelhante sobre a noção de “desenvolvimento”.

## **Esclarecimento, liberdade e modernidade**

Vamos começar com um pequeno desvio na história do pensamento ocidental, mais especificamente, o Esclarecimento da Europa Ocidental. O Esclarecimento é frequentemente acusado pelas origens do paradigma de desenvolvimento, através de sua associação com a ciência e a modernidade. Por isso, é significativo que, enquanto Foucault (s.d.) descreveu as considerações de Kant (1784/1995) sobre o Esclarecimento em termos de imaturidade em sua resposta à pergunta “o que é o Esclarecimento?”, de fato, a referência de Kant à idade é efêmera. De uma perspectiva psicanalítica, é claro, qualquer “história do presente” é uma construção retroativa.

A breve consideração de Kant começa com uma definição clara: “Esclarecimento significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável” (KANT, 1784/1995, p. 1)<sup>3</sup>. Não há nada claramente sobre desenvolvimento aqui, talvez. Em estilo sistemático, ele continua a definir seus termos:

Minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. *Sapere aude!* ‘Tenha coragem de te servir de teu próprio esclarecimento’ – esse é o lema do Esclarecimento. (Ibid.)

Ao invés de “imaturidade”, é “preguiça e covardia”, que Kant considera como os principais obstáculos à razão. Eles mais do que ofuscam qualquer referência a restrições relacionadas com a idade:

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma parte tão grande dos homens, libertos há muito pela natureza de toda tutela alheia (*naturaliter maiorennes*), comprazem-se em permanecer por toda a sua vida menores; e é por isso que é tão fácil a outros instituírem-se seus tutores. Não é tão fácil ser maior de idade (...). (Ibid.)

---

3 Para mantermos o rigor conceitual na tradução das citações da obra mencionada de Kant, optamos por cotejar a versão em inglês utilizada pela autora com a tradução do alemão para o português realizada por Luiz Paulo Rouanet. (N.T.)

A expressão “maior de idade” e a referência à “natureza” libertando a humanidade da (aparentemente legítima) direção externa são as únicas referências ao desenvolvimento, crescimento ou qualquer limite à razão natural ou biológica. Significativamente, “imaturidade” é a própria interpretação de Foucault (s.d.) sobre Kant, enquanto o próprio Kant parece estar muito mais preocupado com as formas e significado de “autossujeição à tutela” (preguiça, covardia, papel, etc.). Essa presunção não centrada pode muito bem ser constitutiva da teoria de Kant e, assim, talvez igualmente importante seja a rápida designação das mulheres como aquelas às quais falta a razão: “O passo para a competência é considerado muito perigoso por uma parcela muito grande da humanidade (e por todo o belo sexo) (...)”<sup>4</sup> (KANT, 1784/1995). Mas, certamente, não devemos ignorar as possibilidades não desenvolvimentistas previstas e focalizadas por Kant, segundo o qual “competência” – esse termo tão superinvestido e funcionando poderosamente dentro do repertório desenvolvimentista – é tratada de outra forma, na frase que precede imediatamente aquela:

Se possuo um livro que possui entendimento por mim, um pastor que possui consciência em meu lugar, um médico que decide a minha dieta, e assim por diante, não preciso eu mesmo esforçar-me. Não sou obrigado a refletir se é suficiente pagar; outros se encarregarão por mim da aborrecida tarefa (...) O passo para a competência é considerado muito perigoso pela grande maioria da humanidade (...). (Ibid.)

Portanto, há uma reformulação retroativa (FOUCAULT, s.d.) das formulações de Kant que, certamente, ela própria uma história do presente, nos fala sobre a aceleração e intensificação do desenvolvimentismo. Vamos lembrar também que o panfleto muito citado de Kant foi, na verdade, escrito como uma breve resposta para jornal – uma resposta pontual, provisória, e não uma monografia. Foucault trata Kant como priorizando e metaforizando “imaturidade” como a condição pela qual somos libertados pelo Esclarecimento. Vale a pena citar a interpretação de Foucault na íntegra:

Kant indica imediatamente que a “saída” que caracteriza o Esclarecimento é um processo que nos liberta do estatuto da “imaturidade”. E por “imaturidade”, ele quer dizer um certo

4 Na tradução de Luiz Paulo Rouanet não encontramos o termo *competência* [*competence*], como aparece na tradução em inglês. O trecho em português diz o seguinte: “Que a maior parte da humanidade (e especialmente todo o belo sexo) considere o passo a dar para ter acesso à maioridade como sendo não só penoso, como ainda perigoso (...)”. Mantivemos a tradução direta do inglês, uma vez que o termo *competência* é considerado pela autora. (N.T.)

estado da nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de alguém para nos conduzir nas áreas onde o uso da razão é chamado. Kant nos dá três exemplos: estamos em um estado de “imaturidade” quando um livro toma o lugar do entendimento, quando um diretor espiritual toma o lugar da consciência, quando o médico decide por nós como a nossa dieta deve ser. (Notemos, de passagem, que o registro destas três críticas é fácil de reconhecer, mesmo se o teste não o torna explícito.) Em qualquer caso, o Esclarecimento é definido por uma modificação da relação preexistente que liga vontade, autoridade e uso da razão. (FOUCAULT, s.d., p. 2)

Foucault destaca como a prescrição de Kant, o “ousar saber”, é o que nos liberta da autoridade e da obediência cega e tola, e é o que caracteriza o Esclarecimento (enquanto seu apelo ao reconhecimento em relação a algo que não é explícito no texto de Kant convida a mais questões). (Como um aparte, é relevante considerar como o Esclarecimento tem sido implicado no eurocentrismo, ao lado da acusação de Spivak (1993) direcionada a Foucault, dentre outros, de não abordar o contexto constitutivo da colonização). No entanto, Foucault passa a caracterizar “a análise de Kant do Esclarecimento, definindo essa história como a passagem da humanidade para o seu estado adulto” (p. 5). Seu relato passa a centrar-se em distinguir o Esclarecimento do humanismo (o qual ele prestativamente identifica como politicamente muito ambíguo) e da modernidade como um período histórico, de modo que se torne uma atitude da mente.

Promovendo uma ética diferente da infância, então, Foucault acaba identificando os eixos de conhecimento, poder e ética como sistemas práticos cujas especificidades e interligações demandam análise urgente:

Em outras palavras, a nossa ontologia histórica tem que responder uma série aberta de perguntas (...): Como somos constituídos como sujeitos de nosso próprio conhecimento? Como somos constituídos como sujeitos que exercem ou se submetem às relações de poder? Como somos constituídos como sujeitos morais de nossas próprias ações? (p. 11)

No entanto, útil como as questões de Foucault são (e têm sido, sobretudo para considerações críticas sobre a infância e o desenvolvimento – por exemplo, MAC NAUGHTON, 2005; COOKE e KOTHARI, 2001), é importante notar como suas próprias considerações funcionam performativamente como uma “história do presente”, deixando de fora leituras menos desenvolvimentistas de “imaturidade” que

estão disponíveis nas considerações de Kant (e também retomadas nas discussões recentes de investigação sobre infância, ver GALLAHER e GALLAHER, 2008), para defini-las dentro de um modelo mais cronológico e naturalista.

### **Limites do desenvolvimento e estratégias metodológicas**

Tais leituras podem informar os modos como interpretamos o discurso do desenvolvimento agora. Pois não é difícil ver por que o desenvolvimento exerce seu poder em um mundo onde o progresso mapeia o crescimento econômico e a exploração, e onde o indivíduo trabalhador é incitado e realmente produzido para incorporar os mecanismos do mercado global. Na verdade, nestes dias de empreendedorismo voluntário, imagens de auxílio enfatizam a superação e construção de competências. Mas abrangendo essas diferentes representações de necessidade, aflição e sofrimento, em que as crianças são um exemplar essencial, discursos de ajuda continuam a ser um tema constante. Em particular, “ajudar” pode confirmar a diferença entre o ajudante e o ajudado, ao invés de sua semelhança. Neste caso, talvez a adoção transnacional seja uma dinâmica essencial, com celebridades americanas (Mia Farrow, Madonna, Brangelina<sup>5</sup>...) definindo o paradigma (ver também CASTAÑEDA, 2002). Se lembrarmos do escândalo que eclodiu em novembro de 2007 sobre a organização “Arca de Zoe” que afirmava levar órfãos do Darfur para a França, mas ficou comprovado que, de fato, estavam levando crianças do Chade, muitas das quais nem eram realmente órfãs. Um dos pretensos adotantes, Bertrande Allemand foi citado como tendo dito: “Eu queria salvar um órfão da guerra e da fome. Eu queria que houvesse uma criança a menos sofrendo no mundo” (*GUARDIAN*, 01/11/07). Um exemplo caracteristicamente britânico poderia ser (até porque a legislação anticrueldade britânica foi votada para proteger os animais antes que tais medidas fossem introduzidas para proteger as crianças): “Um burro na dor, uma criança na pobreza. Agora você pode ajudar a ambos com a Brooke” (propaganda, 06/09/08) – e os britânicos doam uma incrível quantidade de dinheiro para os animais, burros em particular. Então, aqui podemos ver como a “grande cadeia do ser” de “animais estúpidos” para “humanos

---

5 Brad Pitt e Angelina Jolie. (N.T.)

inacabados” trabalha para confirmar a competência completa do “ajudante” e diminui o status daqueles que estão posicionados – dentro dessa hierarquia – como não tão completos.<sup>6</sup>

Críticos do desenvolvimento têm destacado as formas que, normalmente, na tentativa de oferecer ou prestar ajuda e presumindo que eles sejam capazes de ser úteis, os ajudantes implícita ou explicitamente querem que o ajudado seja como eles, e define o que é ajuda em termos de imitação, fechando, então, possibilidades de desenvolvimento alternativo em favor dos qualificados e favorecidos pelo doador mais potente (GRONEMEYER, 1993). De acordo com essas análises, é essa dinâmica de normalização e de identificação, muitas vezes coercitiva, que liga os atos individuais de caridade com os regimes de condicionalidade da ajuda. Consequentemente, tais argumentos ressoam como chamadas dos críticos pós-desenvolvimentistas para reflexão e análise em vez de apressar-se para ajudar (RAHNEMA, 1997). Pois mesmo o mais bem-intencionado profissional desenvolvimentista que entra no “campo” tende a presumir que ele sabe melhor como fazer direito, e (como sabemos), ao fazê-lo, reafirma o privilégio colonial, antecipando e prevenindo respostas locais/divergentes – e, desta forma, muitas vezes gerando mais problemas. Análises feministas particularmente têm previsto estas questões (cf. PARPART e MARCHAND, 1995; CORNWALL et al., 2007) e, mais recentemente Zizek (2008) retomou as discussões feministas de violência simbólica e sistêmica para aconselhar contra a corrida para uma intervenção, sinalizando isso como indicativo, tanto de uma compulsão a repetir, quanto de um gesto politicamente vazio.

No entanto, há algo no apelo ou reivindicação ao desenvolvimento que parece fugir ou resistir à análise racional. Tais “restos” anônimos e despercebidos também podem ser vistos na instabilidade e incoerência de reivindicações e articulações entre os direitos e os discursos de desenvolvimento (ver também BURMAN, no prelo),

---

6 Eu não posso resistir a este exemplo: “Milhares assinam petição para salvar um filhote de cachorro do Iraque” (relatado no Guardian, 15/10/08, p.21): “Mais de 10.000 pessoas assinaram uma petição online pedindo ao exército americano para deixar um cãozinho iraquiano ir para casa com um soldado que teme que Ratchet possa ser morto se deixado para trás. ‘Eu só quero que o meu cachorro vá para casa’, sargento Gwen Beberg, 28, escreveu, quando foi separada do cão após uma transferência. Ontem, um coordenador do programa da Operação Filhotes de Bagdá, dirigido pela Sociedade Internacional para a Prevenção da Crueldade contra os Animais, partiu para o Oriente Médio para tentar enviar o cachorro para a América. Na semana passada, um deputado que está intercedendo pela Sargento Gwen Beberg, o democrata Keith Ellison, de Minnesota, apressou o Exército a rever o caso.”

trabalhando não só para banalizá-los e fundi-los, mas também, talvez, abrindo alguns outros espaços de crítica interpretativa. O apelo aos direitos das crianças e as suposições do que elas precisam ou do que é “bom” para elas circulam com tanta frequência e banalidade que parecem se tornar esvaziados de todo sentido. Eles se transformam em figuras de linguagem ou clichês; sinais para um conjunto de pressupostos inarticuláveis e enganosos que, precisamente por serem culturalmente fora do domínio de contestação racional ou interpessoal, governam nosso pensamento.

Uma direção interpretativa fundamental para tomar, então, é jogar com as tais ambiguidades e instabilidades. Isso inclui desatar as conexões aparentemente descosturadas entre o desenvolvimento individual e nacional, entre o desenvolvimento da criança e o humano, entre as tendências e as atividades da criança em crescimento e as demandas do mercado. Estende-se também no sentido de mostrar como as práticas populares e profissionais em torno das crianças dependem de uma relação tautológica entre saberes técnicos e de senso comum que – sob observação rigorosa e, por vezes apenas por um momento – podem ser reconhecidos como sendo ficções convenientes e de algum modo necessárias. Enquanto Motzkau (2006) (baseado em ideias de Deleuze) mostrou como (o que ela chama) estes “espaços livres de desenvolvimento” podem surgir mesmo nas deliberações dos juízes, advogados e psicólogos, determinando a direção e o resultado das investigações de abuso infantil, quero ver o que mais podemos fazer para entender o que está em jogo nestes momentos.

### **A volta para a psicanálise**

Através das ciências sociais e humanas tem havido uma crescente atenção analítica para o estudo do afeto e das emoções (por exemplo AHMED, 2004; CLOUGH e HALLEY, 2007). Isso corresponde à mudança nas formas de capital sob o neoliberalismo para privilegiar o trabalho emocional e a flexibilidade (EHRENREICH e HOCHSCHILD, 2003) – o sujeito prototípico para o qual (depois das mulheres) é a criança (FENDLER, 2001). Especialmente no Reino Unido, houve um ressurgimento do interesse pela psicanálise, marcado pelo novo termo “estudos psicossociais”. Em termos de críticas de (anti) desenvolvimento, a psicanálise é um recurso particularmente importante, uma vez que trabalha com uma compreensão diferente da temporalidade e causalidade (e as relações entre estas), ambas fundamentais para o discurso modernista. Uma vez que o inconsciente não conhece nem tempo nem

espaço, história e geografia – e suas hierarquias associadas – ele se torna, necessariamente, mais interpretativo. A teoria psicanalítica desafia o individualismo (e, obviamente, o racionalismo), uma vez que mostra como preocupações “pessoais” são socialmente moldadas, e como a nossa “experiência” é inferior a todo o nosso funcionamento mental. Em tais sentidos, a psicanálise pode, talvez, ser pensada como o “outro reprimido” da Psicologia (ver BURMAN, 2008a; PARKER, 1997).

Mas com algumas qualificações. Isso não quer dizer que algumas abordagens psicanalíticas também não contribuam para pressupostos desenvolvimentistas, em especial nas formas expurgadas que foram adotadas pela psicologia do desenvolvimento (como no trabalho de Erikson, por exemplo, embora isso possa ser lido de maneiras menos desenvolvimentistas). Por exemplo, enquanto livros de psicologia tipicamente mostram Freud e a psicanálise descrevendo as fases oral, anal, fálica e o complexo de Édipo (e talvez mesmo o de “Electra”), foi Abraham quem reconfigurou o modelo de Freud para apresentá-lo de forma arrumada e “progressista” (LEADER, 2000). Assim, o caráter provisório e instável de qualquer posição de identificação, dentro da psicanálise, foi transformado em uma identidade estável e progressiva, compatível com o sujeito racional e unitário dos modelos desenvolvimentistas modernos.

Assim, embora na elaboração de minhas afirmações anteriores (BURMAN, 1994a) tenha saudado a psicanálise como um recurso crítico antidesenvolvimentista (seguindo HENRIQUES et al., 1984), não é tão estável e confiável. Enquanto em alguns contextos (notadamente na América Latina), a psicanálise é a forma dominante da psicologia (e assim é mais cúmplice no projeto neoliberal de psicologização), mesmo em outros contextos onde a influência do positivismo lógico inglês tornou-a anátema, há sinais de reaproximação. A crise na legitimidade científica da psicanálise e da psicoterapia na era do renascimento da psiquiatria biológica, especialmente em relação ao enorme impacto cultural do projeto genoma humano, tem alimentado recentes esforços para reconciliar algumas variedades da psicanálise com a neuropsicologia, e as reivindicações da psicologia empírica do desenvolvimento têm um papel retórico importante neste projeto (ver, por exemplo FONAGY e TARGET, 2004).

Por isso, é importante esclarecer que o meu envolvimento com essa volta à psicanálise é estratégico mais do que indiscriminado e é formulado em nível sociocultural, mais do que clínico. Pois a psicanálise (como um esforço clínico) está também (talvez especialmente) envolvida na questão da patologia – mesmo que também deva nos ajudar a tratar do predomínio de tal patologia. Em particular, ao fazer esse movimento

em direção ao questionamento sobre o desenvolvimento desejado, vou recorrer à análise lacaniana feminista de branquitude de Seshadri Crooks (2000), onde ela se afasta de abordagens mais usuais sobre análises antirracistas e feministas para, ao contrário, se concentrar nas estruturas afetivas que dissimuladamente mantêm e reproduzem as hierarquias de privilégio racial. Ou seja, ela defende a necessidade de explicar a persistência, resistência e afirmação destas ideias fundamentais (ou significantes mestres) – em seu argumento, “branquitude”; no meu, “desenvolvimento”.

Antes de me aprofundar nisso, é importante reconhecer outros recursos psicanalíticos que prontamente se prestaram à análise das características psíquicas da economia política das representações da infância. Ambas as discussões teóricas e clínicas da psicanálise criticam o tão frequente e incitado desejo de “ajudar” (salvar, restaurar, resgatar, etc.) alimentado pela necessidade de assumir uma posição mais potente (adulto) e evitar a identificação com os mais impotentes, dependentes, vulneráveis (criança?) (BLACKWELL, 1997). Daí a crítica do imaginário de crianças em ajuda parece confirmar a infantilização das culturas e das comunidades do sul (HOLAND, 1992; BURMAN, 1994b, 1994c). A discussão de Winnicott (1958) sobre o sadismo que está na base do sentimentalismo abre para a observação contratransferencial da agressão que está por baixo de falhas de compromisso – com um analisando ou mesmo uma criança.

A elaboração de Kristeva (1982) sobre a degradação ilumina um pouco do que está em jogo ao evitar a identificação com o objeto abjeto (neste caso, a criança em sofrimento). Campanhas beneficentes que visam provocar ou chocar se baseiam na oscilação entre a identificação e a falta de compromisso, e as reavaliações reflexivas que se presume terem lugar na mente do doador ao reconhecer ou tolerar isto (como no “Por favor, não desvie o olhar ...” tema de muitas campanhas da década de 1990). Levantadores de fundos têm que negociar a resistência ao imperativo superegógico da criança como juiz ético-moral típico que é frequentemente mobilizado em campanhas ecológicas, bem como a sua aversão ao desamparo, dependência e miséria da sua situação.

### **Por que o desejo?**

Assim, dada a variedade de abordagens psicanalíticas que podem ser mobilizadas para resolver a problemática do desenvolvimento, o que se ganha com um foco no desejo? De acordo com a psicanálise lacaniana, o desejo é orientado pela falta, é intrinsecamente incompletude, uma vez que seu objetivo é infindavelmente adiado.

Neste sentido, é tanto Eros como Thanatos, uma vez que, para Lacan, toda pulsão é, em algum momento, uma pulsão de morte. O que essa inflexão psicanalítica traz para a análise do desenvolvimento (ou assim me parece) é uma compreensão de desenvolvimento inesgotável e inatingível.

Assim, além de nos marcar como sujeitos desejantes, esse foco captura algo do caráter orientado de nossa relação com o desenvolvimento e chama a atenção para suas características fundamentalmente irracionais – como ele é conduzido por uma fantasia onipotente de controle, com sua dinâmica de (auto e hétero) destruição. Além disso, esses desejos deveriam ser entendidos não apenas como individuais, mas também como coletivos, na verdade, individual apenas na medida em que, e em virtude de sua construção cultural coletiva, na qual tornar-se humano é aceitar ser sujeito de uma ordem social simbólica que fundamentalmente falha em nos reconhecer e nos aliena, prevendo o nosso próprio desaparecimento. Assim, eu vou agora passar a explorar de que outras formas a abordagem psicanalítica desestabiliza o desenvolvimento (incluindo os modelos psicológicos do desenvolvimento).

Com base na análise de Seshadri Crooks, podemos ver o desenvolvimento como o ponto final de uma cadeia de significantes que são constitutivos de modos hegemônicos de pensamento do Norte, da mesma forma (e por razões semelhantes) como branquitude está ligada semioticamente às definições da humanidade – de tal forma que mesmo quando pensamos que estamos transcendendo ou desviando desses significantes, nos encontramos, inadvertidamente, reproduzindo-os. Isso pode nos ajudar a entender por que é tão difícil “des-pensar” [*unthink*] o desenvolvimento, no sentido de que não podemos desfazer essa história (apesar de “desfazer” poder ser conceituado como uma defesa psicanalítica de Freud (1936), e talvez haja algo a aprender com isso).

Seshadri Crooks explora várias estratégias para (o que ela chama) descolorações como modos de perturbar a branquitude – incluindo historicizar, resistir, inverter e exagerar as suas reivindicações, mesmo utilizando textos que aparentemente neguem o papel de significados associados com a cor da pele na vida social cotidiana para chocar e, talvez, envergonhar o leitor a fim de levá-lo a perceber como seu pensamento está influenciado. Da mesma forma, psicólogos do desenvolvimento crítico e do antidesenvolvimento (inclusive eu) tentaram interromper, perturbar, suspender e assim deslocar o poder simbólico e retórico do desenvolvimento, como a dinâmica da modernidade, falha e onipotente, correndo em direção à destruição. Então, o que mais se pode ganhar a partir de uma abordagem especificamente psicanalítica?

## Desenvolvimento desejado

Seshadri Crooks usa a psicanálise como uma metodologia que nos revela nossos próprios compromissos e investimentos, para tentar perceber os momentos em que nos encontramos trôpegos e surpresos com as nossas expectativas e presunções (sobre a branquitude). A abordagem convencional lacaniana trata esses momentos como quando o real se abre para mostrar a estrutura frágil das nossas coordenadas simbólicas, mas, como tal, em seguida, são rapidamente encobertos. A intervenção de Seshadri Crooks é a alegação de uma assimetria (mais do que analogia) entre a diferença sexual e racial, de tal forma que a diferença racial, como fabricação histórico-cultural, encontra-se no simbólico, e não em sua relação com o real. (Neste esforço ela está levando a discussão de “raça” na psicanálise um passo além de Leary (1997), que critica seu tratamento apenas como uma diferença que é posicionada como indicativa de e, assim, equivalente a outras.)

Sem forçar muito a conexão com sua análise (pois temas sobre infância podem envolver, tanto características da diferença racial quanto sexual – de formas significativas), pode haver maneiras de aproveitar estas ideias para fazer algo semelhante com o desenvolvimento. Exceto por haver uma diferença fundamental: enquanto (segundo a análise dela) discursos ostensivos em torno da branquitude/racialização são largamente implícitos – superegoicamente e fortemente policiados e indiretamente estruturados em alegações sobre o que é ser humano, que são processadas de forma socioculturalmente inconscientes dentro do regime (ou repertório) – em relação ao desenvolvimento sofremos de uma superfluidade, uma supersaturação do discurso desenvolvimentista. (E aqui podemos notar que alegações da produção cultural do processo inconsciente estão ganhando crescente circulação dentro de um âmbito psicanalítico (HOPPER, 2001; DALAL, 2001; KAKAR, 1995; VOLKAN, 2001), bem como modelos psicológicos (BILLIG, 1999)). Essa saturação traz noções de idade, maturidade, civilização, independência, sucesso e bem-estar. Então, o que temos aqui é o que podemos ver como uma proliferação compulsiva de termos de desenvolvimento cada vez mais codificados, que visam corrigir, reparar ou completar os limites das suas condições anteriores, limites que eles reconhecem de forma encoberta.

## **A criança como modelo da ética *versus* a lei do desejo**

Essa discussão nos remete à discussão da ética. A ética psicanalítica é fundamental para a prática lacaniana. Aqui a ética é muitas vezes expressa em termos das tensões entre a lei e o desejo, e tais discussões são geralmente estruturadas em torno da história de Antígona. Antígona era filha de Édipo e Jocasta e assim – como Butler (2000), dentre outros, aponta – foi por nascimento ambigualmente posicionada em relação às linhagens familiares. Sua insistência em realizar ritos fúnebres para o corpo de seu irmão morto contra o decreto do rei (seu tio) significava que ela tinha que aceitar a punição de ser enterrada viva, que ela sabia que esse ato traria. (Para grosseiramente encobrir algumas sutilezas fundamentais de argumentos e diferenças de interpretação aqui, o ponto-chave é que ela escolheu fazer o que sentia que era certo, conhecendo as consequências terríveis que isso geraria.)

Há claramente problemas políticos, bem como conceituais e metodológicos na tomada de um antigo mito grego e seus vários comentários, como paradigma para uma discussão da economia política do desenvolvimento, não só em termos de sua especificidade cultural, mas também recapitulando o tropo (metáfora) bem gasto da Grécia Antiga como o berço da civilização ocidental e, assim, reafirmar seu privilégio (termos que Seshadri Crooks contesta). Em particular, esse movimento mobiliza ainda uma outra narrativa da criança como sujeito prototípico ético-político (embora curiosamente Antígona seja frequentemente mais vista como uma mulher do que como uma criança, assim, importando as discussões de gênero – às vezes essenciais – relativas a uma ética alternativa feminina), e nesse sentido, exemplificando precisamente o tipo de modelo que eu iria procurar desafiar.

No entanto, meu interesse é como uma leitura menos humanista, aprendendo com a crítica de Foucault, pode gerar uma análise diferente, incluindo articulações com críticas ao cristianismo e à cultura moderna e científica:

Em contraste com os pressupostos do cristianismo e da ciência, a autonomia do “logos” corresponde radicalmente à sua finitude, com a irrecuperável impotência de realizar suas aspirações em relação ao real. Ele permanece preso ao material irreal de que é feito, nomeadamente, seus significantes (...) Pois a psicanálise é, uma vez mais, uma questão de detectar e prestar atenção a este limite do “logos” e do desejo. (DE KESEL, 2007, pp. 22-23)

Essas análises são frutíferas ao insinuar como a invenção e subscrição de uma narrativa científica (quer do desenvolvimento da espécie ou do conhecimento) surgiu

como uma compensação para a perda da imortalidade na Europa secular (desde que, com o desaparecimento de uma crença religiosa baseada na vida após a morte, a única continuidade permitida para o assunto é através da identificação com as pseudonaturalizadas noções de “raça” ou nação). Joan Copjec termina sua análise de Antígona em uma nota semelhante:

A perseguição de Creonte a Polynices [sic] além do limite da morte antecipa a moderna ciência da perseguição do sujeito para além da morte, aparentemente sem limite, em estados infinitamente além (em princípio, pelo menos) de *coma passé*. Quando ela cobre o corpo exposto de seu irmão, Antígona eleva-se fora das condições de existência nua à qual Creonte continua vinculado. (COPJEC, 2004, p. 47)

De acordo com esses tratamentos lacanianos, a ação de Antígona é levada a expressar uma crítica à racionalidade científica moderna, uma racionalidade que (como a lei de Creonte) é tragicamente cega, tanto para a impossibilidade de seu próprio projeto quanto para a forma como é conduzida pelo desejo que busca transcender. Além disso, ainda mais relevante para nossos propósitos, a análise de Lacan dos dilemas de Antígona também atinge um descentramento do sujeito (racional, do conhecimento), mostrando a impossibilidade de ser o portador do desejo que compreende.

## **O outro lado da inocência**

Neste ponto, eu quero apresentar um texto bastante diferente, uma análise com a qual vou tentar explorar alguns dos compromissos e valores profundos que orientam o desejo de desenvolvimento. Por razões que devem ficar claras, a minha discussão aqui vai além da minha discussão em outro lugar (em BURMAN, 2008a).

“Criança inocente – As crianças devem ser cuidadas. É ISSO AÍ!”

Este texto está escrito no cartaz de um prédio na esquina do meu trabalho. Obviamente, ele dá voz à opinião generalizada de que as crianças exigem apoio incondicional. O fato de que este *slogan* tem um subtítulo, “ajuda humanitária internacional” o anuncia como o escritório de uma organização de ajuda, mas também fala do papel do apelo para a criança como sujeito humano essencialmente merecedor, com o verbo modal “devem” combinando com “É ISSO AÍ!” [“*THAT IS IT!*”] (em maiúsculas, para dar ênfase) transmitido como um imperativo absoluto, incontestável.

Inicialmente (em BURMAN, 2008a) eu usei isso como um exemplo, precisamente por sua banalidade, pois mobiliza muitos motivos comuns que envolvem a representação

da infância. Dez perguntas óbvias decorrentes deste texto incluem: (Por que) Todas as crianças são “inocentes”? O que acontece com a ordem “cuidar” se elas não forem (inocentes)? Quais crianças são mais suscetíveis de serem consideradas “inocentes” e quais não são? (Crianças não inocentes renunciam ao privilégio concedido pela posição de “vítimas”?). É o apoio tão obrigatório como é reivindicado, ou melhor, é incondicional ou dispensável? O que exatamente constitui “cuidado”? Quem é que “deve” cuidar? (o agente é indeterminado). É esta uma reivindicação ou o direito das crianças? (Não?) No entanto, a declaração tem a forma de verdade atemporal universal, a linguagem dos direitos, mesmo que não esteja reivindicando direitos. Quem aplica esse “devem”? É uma moral mais do que um imperativo legalmente obrigatório que carece de especificidade de procedimento ou aplicação. E nas circunstâncias em que “cuidado” seja conflitante com o consentimento ou desejo das crianças? Qual é a relação entre a afirmação sobre as crianças (inocentes) e o subtítulo sobre a ajuda humanitária? E como estão posicionados os outros (pais, famílias, comunidades) que não são crianças, mas que são apoiados por essa “ajuda internacional humanitária”?

Na primeira leitura, este texto parece exemplificar a gama completa de problemas políticos associados à elisão orientalista/colonialista entre crianças pobres e desfavorecidas e as comunidades, nações e até mesmo continentes em que vivem (como nas formas em que a “África” é pensada como um único país na imaginação de alguns doadores do Norte) (CANELLA e VIRURU, 2004; CASTAÑEDA, 2002). A criança com fome como significante de necessidade (primeiramente inventado por BLACK, 1992) posiciona o doador como salvador beneficente, enquanto a abstração em torno da infância promove uma maior descontextualização da família, comunidade e cultura da criança – e, mais significativamente, de modelos de esclarecimento sobre a pobreza ou a privação que implicaria o espectador. Discutindo material similar, Hutnyk (2004) chamou a atenção para as formas como imagens de crianças funcionam como “bugigangas”, objetos coisificados e mercantilizados construídos para consumo turístico como “souvenires”. Só que desta vez o que é consumido é uma fantasia de restaurar a infância que se baseia em um determinado modelo do norte, que equipara infância com a interioridade ou a subjetividade (STEEDMAN, 1995). A designação de Hutnyk da criança como “bugiganga” ou “souvenir”, portanto, mobiliza a memória de duas formas: como o registro abstrato e tão parcial (parcial nos dois sentidos – incompleto e motivado) de um encontro intercultural, cuja forma higienizada pode

ser tolerada e patrocinada, enquanto a construção ou lembrança obstrui ou promove o esquecimento de qualquer papel histórico ou atual que o espectador possa ter na produção das circunstâncias de necessidade ou privação.

Assim, o discurso da inocência configura uma dicotomia entre inocência e experiência que conecta imagens de infâncias do norte e do sul. Discursos de “infância roubada” (que acompanhou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (VITTACHI, 1989)) implicam que existe uma infância específica que precisa ser restabelecida. E muitos comentadores têm sugerido que os discursos e as práticas de angariação de fundos para ajuda humanitária, incluindo as focadas na criança, geralmente não conseguem deixar de sugerir que a infância à qual as crianças têm direito ou que deveria ser restaurada a elas, é uma infância do norte (CANELLA e VIRURU, 2004). Por isso, é significativo que, embora o texto acima anuncie uma iniciativa humanitária focada no sul, e é provavelmente uma organização muçulmana, de origem paquistanesa (conforme indicado pelo seu *site* e pela localização geográfica da sede, no coração da comunidade paquistanesa em Manchester), ainda use esses discursos. O foco dessa agência na ajuda e apoio às crianças na África e na Ásia sugere que sua adesão a discursos universalizados em torno dos direitos da criança tente mobilizar os discursos sobre a infância centrados no norte para o bem-estar e benefício das crianças e de outros do sul.

### **A criança como significante sem significado?**

Mas há mais a dizer aqui. Em primeiro lugar, um cuidado se baseia na atribuição de inocência, de modo que as prioridades protecionistas são reveladas e fica implícita uma interpelação de um destinatário adulto e singular. Segundo, há a colocação de uma autoridade moral incontestável, mas não especificada (como indicada pela forma “devem” do texto, sem referência óbvia de quem faz a reivindicação). Munidos dessas questões e associações, podemos trazer um outro conjunto de recursos e reflexões para este texto, tratando “a criança” invocada aqui como um “designador rígido”, nos termos de Seshadri Crooks (2000). Designadores rígidos, como nomes, ela aponta, “são significantes que não têm nenhum significado. Eles estabelecem uma referência, mas não carregam qualquer conotação ou significado” (p. 141). Isso não quer dizer que o nome não gera sentido e um correspondente ao conceito, mas sim que ele não pode especificar a identidade do seu portador.

Seshadri Crooks propõe que “tal designação rígida é melhor entendida, não como uma indicação de ‘fracasso’ do simbólico (um sintoma do qual escapa o significado ou a possibilidade de interpretação) (...) mas de sua atuação” (p. 143). Como não podemos designar, ou listar as propriedades que constituem “a criança”, talvez pudéssemos concordar com Seshadri Crooks que a nomeação:

[...] atua como um envelope, uma cobertura para a angústia de referência racial, que literalmente não significa nada. (Esta é a própria definição de estereótipo como uma forma de discurso que tenta produzir significado onde não é possível.) Há algo que produz angústia sobre a plenitude da relação significante/referência que escapa ao significado ou ao conceito, que produziria significado propriamente e, portanto, desejo. (p. 143)

Esta análise da angústia alimentando o excesso de significado reverbera a proliferação e a saturação de significados em torno de reivindicações à infância e ao desenvolvimento. Para voltar ao texto: é evidente que “É ISSO AÍ” implica – por meio justamente da ênfase – que *não* é isso que acontece (mas alega que deveria).

E podemos também perguntar: o que liga estas três sentenças separadas (“Criança inocente – As crianças devem ser cuidadas. É ISSO AÍ”)? O que indica sua estrutura narrativa temporal? E o que “É ISSO AÍ” sugere sobre a fragilidade da sua conexão alegada?

Ao abordar essas questões, poderíamos interpretar que o texto propõe ao leitor algo como o seguinte: “Se você quiser pensar em si mesmo (ou em vocês mesmos) [já que o leitor não é especificado como singular ou plural], como beneficente, desenvolvido e um ser humano adulto, então você tem que aceitar essa equação”. Poderíamos também pensar no “É ISSO AÍ!” como uma reivindicação de uma autoridade moral que é a voz do outro, o inconsciente. Mas seu esforço exagerado ou a pretensão de fechar a declaração também podem ser lidos como marca de alguma vulnerabilidade. Talvez isso indique que não suportamos pensar em nós mesmos como pessoas que não aceitaríamos essa reivindicação? Talvez isso até mesmo nos ameace – pois a afirmação de uma espécie de ponto incontestável precisamente reconhece o seu reverso: que não é “isso” de forma alguma. Pois não só as crianças não são frequentemente consideradas inocentes, como nós muitas vezes não nos importamos com (algumas) crianças. Além disso, o “é isso aí”, talvez, também aluda a um limite muito maior e ameaçador: como poderíamos não existir (como em “Fim. Ponto final. Fim da história” – ou outros

clichês para a morte). De qualquer forma, o que isso acrescenta é que se nós não concordamos com a afirmação, então, certamente não somos as pessoas que pensamos que somos (“Eu não poderia viver comigo mesmo se...”).

“É ISSO AÍ” prenuncia o fim, o fim da vida, nossa vida moral e mesmo física. Letras maiúsculas brutas gritando para nós. Nenhum ser animado ou autoridade, apenas o limite do pensamento, da existência, a afirmação, a redução, a matéria, para o nada. Para um “isso” que é apenas “aí” (e não “aqui”, não “nós”). Segundo esse modelo parcial, mas global, a abjeção radical espera por todos nós: e talvez isso seja parte do que impulsiona o desejo fútil, mas necessário, pelo desenvolvimento.

### Morte e satisfação

“É ISSO AÍ!”, portanto, funciona como um significante mestre, estruturando e garantindo o significado. Mas funciona como uma mentira, pois o sujeito da enunciação e o da declaração não são os mesmos (e não está claro quem poderia ser o sujeito da enunciação). Ou, de qualquer forma, um afeto ambíguo rodeia o “aí”. Por um lado, há um sentimento de reprovação, de desespero, que acompanha a percepção de “é isso aí”, como no refrão da canção de sucesso de Peggy Lee (1969) “É isso tudo o que há?”.<sup>7</sup> Mas, por outro lado, há “E isso, disse John, é isso”<sup>8</sup> rima de A. A. Milne, significativamente intitulada “Felicidade”: “John tinha / Grandes / Botas / À prova d’água. / John tinha / Um Grande / Chapéu / À prova d’água. / John tinha / Uma Grande / capa de chuva / À prova d’água. / E isso / (disse John) / É / Isso /”<sup>9</sup> (MILNE, 1924, p. 4).

Por que é que “E isso / (disse John) / É / Isso” é tão satisfatório? Talvez porque sua simetria rítmica e lexical (“isso... Isso”) implique uma plenitude, um encerramento que raramente é atingido. E, claro, uma vez que isso é expresso na voz de uma criança, invoca a simplicidade e espontaneidade infantil, transmitida pelas curtas linhas do poema, indicando também absorção no momento e satisfação. A repetição (“isso... Isso”) implica o fim, a realização do desejo. Daí o título do poema (“Felicidade”). Se isso é algo que culturalmente atribuímos às crianças, então é certamente parte do que

7 “Is that all there is?”.

8 “And that, said John, is that”.

9 “Happiness”: “John had / Great Big / Waterproof / Boots on. / John had a / Great big / Waterproof / Hat; / John had a / Great Big / Waterproof / Mackintosh / And that / (said John) / Is / That /”

invejamos nelas. (Mas, certamente, esse texto também é uma mentira, “falar por uma criança”, ou assumir a voz de uma criança, e, certamente, é muito provável que, para “John”, “isso não é isso” de forma alguma...).

A justaposição deste texto com “Criança inocente” não é meramente arbitrária, pois eles certamente têm alguma relação semiótica fundamental entre si. As rimas, histórias e personagens de A. A. Milne (desde Christopher Robin a Winnie the Pooh<sup>10</sup>) têm caracterizado um modelo particular de infância do norte, especificamente do início do século XX, infância britânica de classe média alta (com referências ao Rei e à Rainha, Palácio de Buckingham e especialmente uma Nanny [*babá*]) – embora tenham conquistado *status* globalizado através da Disney. Além disto, o meu ponto aqui é que “É ISSO AÍ” (o que não é o mesmo, claramente, que “É aquilo lá”) *não é uma reivindicação de desenvolvimento*. De fato, em ambos os casos (de “*That’s it*” e “*That’s That*”), a infância é retratada não como um estado, não como um ponto de origem ou ponto de parada; nem mesmo necessariamente uma situação de déficit. No caso de “criança inocente...” é uma afirmação da diferença, e nada mais. “É isso aí” [“*That’s it*”]. No caso de “John”, é uma declaração de equivalência/identidade do outro: “Aquilo... é aquilo” [“*That... is that*”] (note a distância no dêitico “aquilo”, ao invés de “isto”). Independentemente de outros problemas colocados por esse apelo à “diferença”, talvez devêssemos tentar nos agarrar àquelas possibilidades antes de nos apressarmos em confirmar (e garantir) as suas ligações com alegações baseadas em desenvolvimento (sem dúvida presentes).

## Conclusão

A preocupação deste trabalho foi com o que um foco em recursos psicanalíticos pode trazer para a análise moral-política da infância e do desenvolvimento, como um exemplo específico de geração de estratégias para impedir a falsa oposição entre o material e o discursivo. Várias correntes de pensamento psicanalítico têm sido discutidas em termos de sua relevância para alterar as formas dominantes de pensar sobre as crianças e a infância, como modelos mais amplos (social e político) de discursos de desenvolvimento. Textos discutidos incluíram aqueles provenientes de campanhas de ajuda e de desenvolvimento, imagens usadas para levantar fundos e literatura infantil. Foram usados lado a lado textos mais “sérios” e “clássicos” (Kant,

---

10 Ursinho Puff. (N.T.)

Foucault e interpretações de Lacan), não só para ilustrar a gravidade dos debates, mas também a penetração – assim como o caráter histórico e culturalmente situado – do recurso retórico dirigido à infância.

Um dos pressupostos fundamentais subjacentes à abordagem tomada aqui é que, uma vez que não podemos “des-pensar” [“*unthink*”] o desenvolvimento, no sentido de imaginar que podemos *não* pensar em termos de desenvolvimento, pode ser mais útil considerar “pensar sobre” seus impactos e restrições.

Em geral, os argumentos abordados neste trabalho, abrangendo estudos culturais e teoria política, bem como psicanálise, tentam sugerir algumas rotas fora das atuais confusões que encontramos entre humanismo, esclarecimento e modernidade, com uma noção de desenvolvimento baseada no repúdio da infância. Como Foucault assinalou, o humanismo é um recurso politicamente ambíguo e móvel, igualmente compatível com posições de esquerda ou de direita. Por isso o humanismo deveria ser diferenciado das noções de esclarecimento, e talvez até de modernidade.

Em especial, espero que a análise realizada aqui sugira que um foco sobre os modos de desejo em torno do desenvolvimento oferece algumas linhas interessantes de investigação, por duas razões. Em primeiro lugar, isso desvia o olhar do objeto para o sujeito do desejo, e assim oferece alguns recursos para resistir à dinâmica de abstração e fetichização que normalmente envolvem a infância, para realçar a dinâmica que cria e mantém esses processos, ou seja, deslocando o foco da criança para as relações psíquicas e materiais dos outros para com as crianças; além disso, isso facilita a inter-rogação das condições para o modo de subjetividade que gera e mantém esse desejo.

Em segundo lugar, como na vinheta de Sebald com que iniciei, a dinâmica de desenvolvimento transforma seus praticantes em seus próprios objetos, assim como o inverso (ou “negativo”) e o meio para a sua realização. Talvez as ideias da psicanálise possam ajudar a impedir essa repetição particular.

*Tradução: Márcia Assumpção*

Psicóloga (PUC-SP), pós-graduada em Inglês com especialização pela Universidade da Califórnia (UCR) e mestrado em Linguística Aplicada (PUC-SP). Participa do grupo de pesquisa do Núcleo de Psicanálise e Sociedade da PUC-SP.

*Revisão técnica: Conrado Ramos*

Psicanalista. Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Fórum São Paulo. Pós-doutorando do Núcleo Psicanálise e Sociedade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP. Doutor em Psicologia pela USP.  
E-mail: conrado\_ramos\_br@yahoo.com.br

## Referências

- AHMED, S. (2004). *The Cultural Politics of Emotion*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- ARMISTEAD, N. (1974). *Reconstructing social psychology*. Harmondsworth: Penguin.
- BENJAMIN, J. (1998). *Shadow of the Other: intersubjectivity and gender in psychoanalysis*. Nova York: Routledge.
- BILLIG, M. (1999). *Freudian Repressions: conversation creating the unconscious*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLACK, M. (1992). *A Cause for Our Times: Oxfam- the first 50 years*. Oxford: Oxfam.
- BLACKWELL, D. (1997). Holding, containing and bearing witness: the problem of helpfulness in encounters with torture survivors. *Journal of Social Work Practice*, v.11, n. 2, p. 81-90.
- BRENNAN, T. (ed.) (1989). *Between Feminism and Psychoanalysis*. Londres: Routledge.
- BURMAN, E. (1994a). *Deconstructing Developmental Psychology*. 1 ed. Londres: Routledge.
- (1994b). Poor children: charity appeals and ideologies of childhood. *Changes: International Journal of Psychology and Psychotherapy*, v. 12, n. 1, p. 29-36.
- (1994c). Innocents Abroad: Projecting Western Fantasies of Childhood onto the Iconography of Emergencies. *Disasters: Journal of Disaster Studies and Management*, v. 18, n. 3, p. 238-253.
- (2008a). *Deconstructing Developmental Psychology*. Londres: BrunnerRoutledge.
- (2008b). *Developments: child, image, nation*. Londres: BrunnerRoutledge.
- (no prelo). Un/thinking children in development: A contribution from northern antidevelopmental psychology. Paper for Childhoods and Children's Rights in India, Centre for the Study of Developing Societies, Delhi, November.
- BUTLER, J. (2000). *Antigone's Claim*. Nova York: Columbia University Press.
- CANELLA, G. e VIRURU, R. (2004). *Childhood and Postcolonization*. Nova York: RoutledgeFalmer.
- CASTAÑEDA, C. (2002). *Figurations: child, bodies, worlds*. Durham/London: Duke University Press.
- CLOUGH, P. e HALLEY, J. (eds.) (2007). *The Affective Turn: theorizing the social*. Durham/ London: Duke University Press.
- COOKE, B. e KOTHARI, U. (eds.) (2001). *Participation: the new tyranny*. Londres: Zed Press.
- COPJEC, J. (2004). *Imagine there's no woman: ethics and sublimation*. Cambridge: MIT Press.
- CORNWALL, A.; HARRISON, E. e WHITEHEAD, A. (eds.) (2007). *Feminisms in Development: contradictions, contestations and challenges*. Londres: Zed Press.
- DALAL, F. (2001). *Race, colour and the processes of racialisation: new perspectives from psychoanalysis, group analysis and sociology*. Londres: Routledge.
- DE KESEL, M. (2007). (forthcoming) Nova York: Suny Press.
- DE RIVERO, O. (2001). *The Myth of Development: The non-viable economies of the 21<sup>st</sup> Century*. Londres: Zed Press.
- EHRENREICH, B. e HOCHSCHILD, A. (eds.) (2003). *Global woman: nannies, maids and sex workers in the new economy*. Nova York: Metropolitan Books.

- FENDLER, F. (2001). "Educating flexible souls: the construction of subjectivity through developmentality and interaction". In: HULTQVIST, K. e DAHLBERG, G. (eds.). *Governing the Child in the New Millenium*. Nova York/London: RoutledgeFalmer, p. 119-142.
- FLAX, J. (1993). *Disputed subjects: essays on psychoanalysis, politics and philosophy*. Nova York: Routledge.
- FONAGY, P. e TARGET, M. (2004). "What can developmental psychopathology tell psychoanalysts about the mind?" In: CASEMENT, A. (ed.). *Who owns psychoanalysis?* Londres: Karnac, p. 307-342.
- FOUCAULT, M. (1977). "Revolutionary action: 'until now'". In: *Language, Countermemory, Practice*. Nova York: Cornell University Press.
- \_\_\_\_\_ (s.d.). Foucault: What is enlightenment?, no date. Disponível em: <<http://foucault.info/documents/whatIsEnlightenment>>. Acesso: 01/08/08.
- FREUD, A. (1936). *The Ego and the Mechanisms of Defence*. Londres: The Hogarth Press.
- GALLAGHER, L.A. e GALLAGHER, M. (2008). Methodological immaturity in childhood research? Thinking through "participatory methods". *Childhood: a global journal of child research*, v. 15, n. 4, p. 499-516.
- GRONEMEYER, M. Helping (1993). In: SACHS, W. (ed.). *The Development Dictionary*. Londres: Verso, p. 53-69.
- HENRIQUES, J.; HOLLWAY, W.; URWIN, C.; VENN, C. e WALKERDINE, V. (1984). *Changing the Subject: psychology, social regulation and subjectivity*. Londres: Methuen.
- HOLLAND, P. (1992). *What is a child?: popular images of childhood*. Londres: Virago.
- HOPPER, E. (2001). The social unconscious: theoretical considerations. *Group Analysis*, v. 34, n. 1, p. 9-27.
- HULTQVIST, K. e DAHLBERG, G. (eds.) (2001). *Governing the Child in the New Millenium*. Nova York/Londres: RoutledgeFalmer.
- HUTNYK, J. (2004). Photogenic poverty: souvenirs and infantilism. *Journal of Visual Culture*, v. 3, n. 1, p. 77-94.
- IMAGING FAMINE (2005). Disponível em: <<http://www.imaging-famine.org/>>. Acesso: 10/2008.
- KAKAR, S. (1995). Clinical work and cultural imagination. *Psychoanalytic Quarterly*, 64, p. 265-281.
- KANT, I. (1784/1995). What is enlightenment? In: KRAMNICK, I. (ed.). *The Portable Enlightenment Reader*. Harmondsworth: Penguin.
- KRISTEVA, J. (1982). *Powers of Horror: an essay on abjection*. Nova York: Columbia University Press.
- LEADER, D. (2000). *Freud's Footnotes*. Londres: Faber & Faber.
- LEARY, K. (1997). Race, self-disclosure, and "forbidden talk": race and ethnicity in contemporary clinical practice. *Psychoanalytic Quarterly*, LXVI, p. 163-189.
- MAC NAUGHTON, G. (2005). *Doing Foucault in Early Childhood Studies: applying poststructural ideas*. Londres: Routledge.

- McCLINTOCK, A. (1995). *Imperial Leather: 'race', gender and sexuality in the colonial contest*. Londres: Routledge.
- MILNE, A.A. (1924). *When We Were Very Young*. Londres: Methuen & Co.
- MITCHELL, J. (1974). *Psychoanalysis and Feminism*. Harmondsworth: Pelican.
- MOTZKAU, J. (2006). Speaking up against justice: children's rights, suspended testimonies and development-free spaces. *International Journal of Critical Psychology*.
- NIEUWENHUY, O. (2008). Editorial: The ethics of children's rights. *Childhood*, v. 15, n. 4, p. 4-11.
- PARKER, I. (1997). *Psychoanalytic Culture*. Londres: Sage.
- PARPART, J. e MARCHAND, M. (eds.) (1995). *Feminism/ Postmodernism/Development*. Londres/Nova York: Routledge.
- RAHNEMA, M. (1997). "Towards Post-Development: Searching for Signposts, a New Language and New Paradigms". In: RAHNEMA, M. e BAWTREE, V. (eds.). *The Post-Development Reader*. Londres: Zed Books, p. 377-404.
- ROSE, J. (1994). *The case of Peter Pan or the impossibility of children's fiction*. Londres: Macmillan.
- SALVADORI, M. (2006). *Progress: can we do without it?* Londres: Zed Press.
- SEBALD, W.G. (2002). *The Emigrants*. Londres: Vintage.
- SESHADRI CROOKS, K. (2000). *Desiring Whiteness: a lacanian analysis of race*. Londres/ Nova York: Routledge.
- SPIVAK, G. S. (1993). "Can the subaltern speak?" In: WILLIAMS, P. e CHRISMAN, L. (eds.). *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory*. Londres: Harvester Wheatsheaf, p. 66-112.
- STEEDMAN, C. (1995). *Strange Dislocations: childhood and the idea of human interiority 1780-1930*. Londres: Routledge.
- VITTACHI, A. (1989). *Stolen Childhood: In Search of the Rights of the Child*. Cambridge: Polity Press.
- VOLKAN, V. (2001). Transgenerational transmission and chosen traumas: an aspect of large group identity. *Group Analysis*, v. 34, n. 1, p. 79-97.
- WINNICOTT, D. (1958). "Hate in the countertransference". In: *Collected Papers: from paediatrics to psychoanalysis*. Londres: Tavistock.
- ŽIŽEK, S. (2008). *Violence*. Londres: Profile Books.

*Recebido em 9/11/2009; Aprovado em 4/2/2010.*